

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Helena Copetti Callai

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 39-41, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032/24535>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Helena Copetti Callai *

A formação do professor de Geografia deve estar referida a dois momentos: 1) a habilitação formal; 2) a formação num processo. A primeira é restrita à duração do curso de licenciatura e apresenta as características que vão depender da Instituição em que é realizado. A segunda é permanente e decorre do “pensar e teorizar a própria prática” e se insere na Integração do terceiro com o primeiro e segundo graus.

A primeira é básica, é condição para a atuação do profissional e como tal deve ser considerada, e ser objeto de constantes críticas e avaliações, além do que deve dar conta plena da formação e habilitação. Porém a segunda passa a ser também fundamental pois que a atualização é condição necessária para o exercício de qualquer profissão, e no caso do professor é muito importante refletir a própria prática, pois formar cidadãos requer como condição que seja exercida a própria cidadania.

A habilitação formal diz respeito ao terceiro grau, à forma como se realizam os cursos de graduação/licenciatura em Geografia. Em geral, percebe-se que as Universidades públicas, na maioria dos casos mais antigos e com os cursos de Geografia funcionando a bastante tempo há a preocupação com a formação do geógrafo e como acréscimo, a licenciatura. Decorrente daí, a estrutura curricular, os conteúdos das disciplinas e a própria metodologia de sala de aula é mais ligada à formação do pesquisador, do técnico, do que do professor. Estes cursos (com raras exceções) não passaram pelas “licenciaturas curtas”, e no momento em que estas foram criadas, os cursos de Geografia que não aderiram, acentuaram ainda mais o aprofundamento na pesquisa, e mais que isto, em disciplinas técnicas e bem específicas do que se poderia denominar de auxiliares de Geografia. Formam o geógrafo, ou em “Geografia Pura”.

Nas universidades novas (em geral particulares) e nas Faculdades isoladas onde funcionam cursos de Geografia, a preocupação básica tem sido em formar o professor de Geografia. Em geral, estes cursos passaram por um processo inverso dos caracterizados anteriormente, tendo a sua base nas licenciaturas curtas, para formação do professor de Estudos Sociais, em que o professor sai habilitado em História ou Geografia, isto é, em Estudos Sociais para o primeiro grau. Da Licenciatura Curta passaram à Plena e em alguns casos criou-se também o Bacharelado. Mas a ênfase é dada a partir da formação de um professor para o primeiro e o segundo graus. A formação pedagógica faz parte do curso em si e mesmo nas disciplinas específicas, de um modo muito acentuado se tem a preocupação com o que e como ensinar no primeiro e segundo graus. A estrutura curricular, respeitadas as exigências do currículo mínimo, os conteúdos das diversas disciplinas e em certas circunstâncias, inclusive a metodologia de aula é voltada para a preocupação com o professor (seriam cursos mais de treinamento que de formação?). Em geral os alunos destas instituições são em sua maioria trabalhadores e alunos, alguns já em educação.

O professor que sai habilitado ao exercício do magistério em Geografia, num e noutro tipo de Instituição enfrenta de igual forma problemas muito sérios referentes à realidade da sala de aula. Os primeiros tem sérias dificuldades de encarar a dinâmica da sala de aula, o segundo grupo tem grandes dificuldades de trabalhar muitos dos conteúdos exigidos. Os dois recorrem à soluções externas a si e ao seu trabalho. As justificativas vão desde a exigências de cumprimento de programas oficiais, de controle de parte das coordenações das escolas, de ter que dar conta dos títulos indicados no livro-texto, de que há

necessidade de haver homogeneidade quanto aos conteúdos, para todos os alunos, de todas as escolas, e por aí fora. A solução mais facilmente encontrada é recorrer ao livro-texto que colocam no seu lugar (isto é, no lugar de sua cabeça) pois através do livro a responsabilidade está fora do professor, está em algum outro ponto que lhe permite ter a autoridade da referência para aquilo que está fazendo, e assim a sua responsabilidade passa a ser menor, não é apenas sua, ao ter que responder pela insatisfação dos alunos quanto ao que é trabalhado na aulas de Geografia.

Quanto à graduação dos profissionais, a grande questão se coloca no tipo de ensino, no tipo de aulas que devem ser realizadas num curso de Geografia de terceiro grau, que forma professores. É inegável que o professor precisa de uma carga de informações, de conteúdos para ter condições de realizar o seu trabalho, mas é também imprescindível compreender como fazer o trato destes conteúdos em sala de aula de primeiro e segundo graus. E para tanto são necessários conhecimentos que vão além do conteúdo de Geografia, e que tenham a ver com o processo de construção do conhecimento, com os aspectos pedagógicos e a psicologia de aprendizagem. Sem isto passam a ocorrer em sala de aula do primeiro grau verdades absurdas em nome de desenvolver o conteúdo previsto.

Há um caminho muito longo a ser percorrido ainda, a esse respeito. Os nossos cursos na universidade devem informar, permitir que o aluno adquira um grande repertório de conteúdos e saiba discuti-los teoricamente; ou deve formar um bom professor que saiba discutir e ensinar o processo de aprender, e daí transite entre os conteúdos e os aspectos pedagógicos de forma a realizar um ensino consequente com aquilo que se espera da escola no mundo atual. O profissional que um curso de graduação-licenciatura forma vai trabalhar com educação, com o processo de ensino-aprendizagem de um determinado conteúdo que é parte do currículo do primeiro e do segundo grau. A sua prática não é construir coisas, organizar/administrar problemas, ensinar/treinar certas técnicas, mas é educar. E educar entendemos que seja criar as condições, instrumentalizar pessoas para que tenham acesso concretamente à sua cidadania, e ao exercício dela.

A segunda questão, posta no início, é referida à *formação num processo*, que é permanente, e que decorre da discussão, avaliação, análise crítica da própria prática da sala de aula. Ao ter que encarar os alunos e ter que dar conta das atividades em sala de aula, o professor perceberá todas as nuances do seu trabalho e aí sim os problemas se colocam em sua devida dimensão. Os problemas poderão até ser comuns a muitas situações, mas, com certeza, as soluções específicas para cada uma delas não são homogêneas. Daí que treinamentos e reciclagens são pouco eficazes, pois dificilmente poderão dar conta dos problemas dos professores e muito menos dos alunos destes professores em seu processo de ensino-aprendizagem. A questão poderá ser encaminhada na medida em que buscarmos a verdadeira formação plena do professor, inserido num contexto de discussão através da chamada integração do terceiro com o primeiro e segundo graus.

No entanto, o terceiro grau não pode querer, com assessorias, sanar as dúvidas que o aluno da universidade, dentro dela, não conseguiu dar conta. Não pode querer fazer complementações de conteúdos que não tenham sido suficientemente esgotados e nem dar receitas de como proceder.

O papel da universidade nesta dinâmica é de pensar junto com os professores de primeiro e segundo graus, no sentido de que tenham os elementos necessários para teorizar a sua prática, de se atualizar tanto em conteúdos específicos como nos aspectos pedagógicos. A dinâmica pedagógica que se estabelece então, é a da discussão e, muitas vezes, discussões teóricas sim, mas a partir da atividade prática realizada pelo professor. É a discussão das diversas realidades e o encaminhamento dos problemas que o professor enfrenta no seu dia-a-dia, na sala de aula. É a busca de um planejamento conjunto e coerente com a realidade da escola e dos alunos. Não há soluções prontas, mágicas, que darão certo a priori. É a participação efetiva do professor questionando a sua prática, as suas dúvidas, e as suas certezas que vai levar às soluções.

Para referendar a necessidade de encaminhamentos deste tipo, chama a atenção as dificuldades de chegar até os professores as propostas curriculares *globais* feitas por secretarias de Educação, e mesmo por Universidades, nas diversas experiências que vêm acontecendo no Brasil, apesar de todo o esforço e as boas intenções. Fica claro que elas dificilmente vão resolver os problemas. Depois de aplicadas elas continuam.

A renovação do ensino na sala de aula tem que acontecer, e para isso é necessário pensarmos junto com os professores (para sairmos da tentação do receituário pronto), pois na maioria das vezes nos gastamos em discussões teóricas e, no dia-a-dia da sala de aula, a prática é a mais tradicional e conser-

vadora possível. Fenômeno este que acontece nos três graus de ensino, mas que se desnuda de forma mais consistente no primeiro e no segundo graus. No terceiro grau, ele é mais velado e só assume contorno de problema quando o profissional passa a exercer a sua profissão.

Uma maneira que muito frequentemente se põe o problema em Geografia é com referência ao conteúdo. Ele sempre é demais, é mais do que o tempo que se tem para trabalhá-lo. E ao invés de selecioná-lo, delimitando-o naquilo que é fundamental, o professor fica imobilizado e ensina até onde dá, sempre sobrando assunto, que tem que ser tocado de qualquer jeito ou deixado de lado. Mas raramente se faz opção de centrar naquilo que é básico. Tenho dúvidas que saibamos claramente o que é o fundamental, pelo simples fato de que não nos colocamos o problema de forma clara e possível de ser encaminhada.

No terceiro grau, este problema transparece quando cada professor acha que a sua disciplina e a área à qual pertence, tem que aumentar a carga horária, e o currículo é cada vez mais retalhado em fragmentações específicas daquilo que deveria ser a Geografia. A este problema de seleção do conteúdo deve-se acrescer a postura metodológica que geralmente se tem no ensino (em qualquer nível), que é a do professor que sabe tudo e vai ensinar ao aluno que tem que aprender e não sabe. Será que é tão difícil assim transformar as nossas aulas em *laboratórios de construção do conhecimento*? Não se trata de querer em cada disciplina *descobrir o que já foi descoberto* ou *inventar o que já foi inventado*. Mas sim de trabalhar a partir do conhecimento que o aluno traz consigo, em atividades que lhe permitam construir o seu aprendizado sobre determinados conteúdos referidos nas diversas disciplinas.

Enfim, está claro que para a formação do professor, seja em nível de terceiro grau, seja no processo cotidiano, deve-se considerar a confluência de grandes campos do saber: a) a Geografia, com claro domínio do seu objeto e dos conteúdos decorrentes; b) a Educação no que se refere às ciências que nela estão envolvidas e os avanços teóricos e também metodológicos referentes ao processo de educação; c) as Teorias do Conhecimento, no que tange à clareza ou, pelo menos, à busca de compreensão de como ocorre o processo de aprendizagem pela criança e pelo adolescente.

Neste sentido o próprio curso de graduação deve permitir aos licenciados que exercitem uma prática de sala de aula que não seja a mera repetição de conteúdos transmitidos a cada semestre, mas sim com uma linha metodológica que articule o ensino e a pesquisa. O professor da universidade deveria dar condições a que o próprio aluno consiga transformar as informações, as leituras, as discussões e exposições em sala de aula em um conhecimento organizado por ele próprio, isto é, que ele faça a construção da sua aprendizagem. Exatamente aquilo que será exigido dele em sala de aula do primeiro e segundo graus.

A pesquisa num curso de graduação e na realização do exercício profissional, no caso o magistério, deve se dar no sentido da formação de um profissional autônomo, capaz de conduzir o seu trabalho e capaz de ter o domínio dos processos que envolvem a aprendizagem. O professor deve ele próprio construir, então o seu (um novo) conhecimento no cotidiano do seu trabalho, a partir dos pressupostos e do objeto da ciência, quer dizer, do conhecimento que ele tem (ou a que tem acesso), e da análise crítica que realiza na prática docente.

O professor exercita sua cidadania dando conta de gerir a sua própria atividade profissional, construindo e reconstruindo, constantemente, o saber e, daí sim, poderá pensar em formar cidadãos. Quer dizer, fazer das suas aulas oportunidade a que os alunos construam o seu conhecimento, se interessem pelas aulas e pelas tarefas e compreendam o significado que tem tudo isto. A questão é novamente posta na perspectiva metodológica, e vai exigir do professor um grande domínio de informações e de referências pedagógicas, quer dizer, de competência profissional. Aliás, competência não apenas dele como professor, mas do terceiro grau ao formar estes professores e, no seu trabalho de extensão, ao fazer a integração do terceiro com o primeiro e segundo graus.

CALLAI, Helena Copetti & ZARTH, Paulo Afonso. *O estudo do município e o ensino de História e Geografia*. Ijuí/RS: Livraria UNIJUÍ Editora, 1988.

* Professora no Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ.